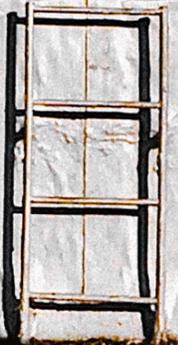
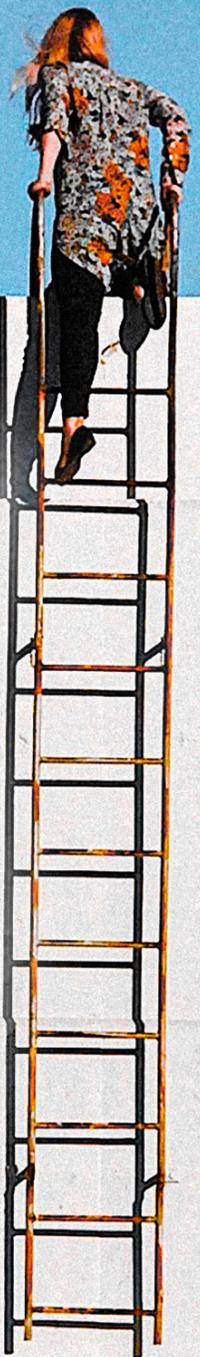


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof^a Dr^a Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Prof^a Dr^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

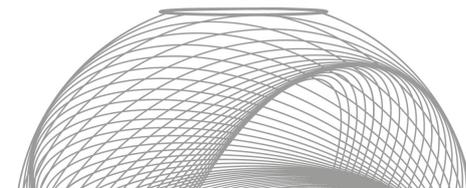
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE III

HOT SPOTS

1

ÁFRICA: OS CONFLITOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: TERRITÓRIOS, REDES E ESCALAS DA CONFLITUALIDADE NO SAHEL CENTRAL

Frédéric Monié
Universidade Federal do Rio de Janeiro
fredericmonie@igeo.ufrj.br

José Guambe
Universidade Pedagógica de Maputo
jjjguambe137@gmail.com

Introdução

A África subsaariana é uma região particularmente exposta aos conflitos armados. As guerras, que flagelaram em graus diversos a quase totalidade dos países, teriam vitimado aproximadamente 10 milhões de pessoas desde a década de 1960. Desde os meados dos anos de 1990 observa-se uma recrudescência da conflitualidade armada. Em 2022, foram registrados conflitos armados e casos letais de violência política em 22 países, num total de 49¹¹¹. O fenômeno contribui para a imagem de um continente “naturalmente violento” que, após ter sido usada para legitimar a “missão civilizadora” do homem branco e a colonização europeia, ingressou na galeria das representações essencialistas e preconceituosas da África construídas pelo resto do mundo.

111 Conflitos maiores (entre 1.000 e 10.000 vítimas fatais anuais): Burquina Fasso; Camarões; Chade; Etiópia; Mali; Moçambique; Níger; Nigéria; República Centro Africana; República Democrática do Congo; Somália; Sudão do sul; Uganda. Conflitos menores e violência política (entre 100 e 1.000 óbitos anuais): Angola; Benin; Gana; Quênia; Mauritânia; Senegal; Sudão; Tanzânia; Togo.

máticas, a crescente instabilidade política e geopolítica, as crises sociais e econômicas ou a conjuntura demográfica conferem assim uma feição mais complexa aos conflitos.

Por uma geopolítica (da complexidade) dos conflitos na África Subsaariana

Os conflitos que têm por palco a África Subsaariana são frequentemente adjetivados como selvagens etc. por apreciações simplistas recusando a complexidade de suas causas, características e impactos. A complexa combinação de escalas espaciais e dimensões temporais que gera uma dinâmica de conflito costuma, também, ser em larga medida ignorada. Num contexto marcado pelo aumento do número dos conflitos armados e pela transformação de sua natureza, a Geopolítica precisa (re) pensar a relação entre a violência conflitual na África e suas representações tradicionais, abandonando posturas miméticas, reproduzindo lugares comuns impregnados de preconceitos, em benefício de abordagens heurísticas.

Do “continente das trevas” ao “conflito étnico”: representações preconceituosas e análises unidimensionais dos conflitos na África

A “missa civilizadora” que legitimou, aos olhos dos europeus, a colonização da África Subsaariana foi em parte justificada pelos “conflitos incessantes e bárbaros” que mantinham um continente “naturalmente violento” na “era das trevas”, impossibilitando seu ingresso na História da Humanidade (Ba Konaré, 2009; Ki-Zerbo, 2006). A narrativa, essencialista e racista, criando a figura do negro africano irracional e imprevisível, constituiu um elemento central da construção da ideia de uma instabilidade geopolítica crônica prejudicial ao progresso e a civilização (M’Bembe, 2018; M’Bembe, 2019). Falsas evidências e julgamentos morais herdados desse imaginário colonial ainda permeiam a apreensão dos conflitos africanos em detrimento de categorias analíticas que possam retratar a complexidade do fenômeno da conflitualidade.

Segundo Roland Marchal, o recurso frequente ao identitarismo (etnicidade, clanicismo) como principal fator explicativo da violência ilustra a abordagem superficial da problemática dos conflitos (Marchal, 2004). Na década de 1990, os teóricos dos novos conflitos (Kador, Kaplan, Huntington etc.) destacavam a centralidade da questão identitária nas conflitualidades pós-ordem bipolar (Caucásio, ex-Iugoslávia etc.). Na época, o genocídio em Ruanda, os conflitos no Darfur, a violência política no Quênia ou na Costa do Marfim pareciam confortar essa tese. A interpretação dos conflitos como a expressão da “violência étnica” se tornou então recorrente. Clément Mweyang Aapengnuo assevera que prevalece então a ideia de uma

inercia datando de séculos alimentando uma animosidade desafiando toda tentativa de resolução. A diversidade étnica [...] coloca o continente num estado de vulnerabilidade perpétuo diante de conflitos devastadores, baseados na destruição recíproca (Mweyang Aapengnuo, 2010, p.1).

Mas, em que medida a etnicidade intervêm na gênese dos conflitos na África? Se, por um lado, a identificação étnica participa da construção identitária de muitos africanos, por outro lado, as afiliações etno-políticas costumam ser instrumentalizadas por atores que têm interesse(s) em etnicizar as relações de poder (Calas, 2011; Mweyang Aapengnuo, 2010). Essa manipulação pode ter efeitos devastadores em situações de acirramento das tensões provocadas por fatores estruturais (rivalidades entre grupos profissionais, desigualdades regionais por exemplo) e/ou conjunturais (crises econômicas, secas, ciclones etc.). No caso do genocídio em Ruanda em 1994, a tese do extermínio dos Tutsis pelo povo Hutu provocado por um ódio ancestral entre duas etnias rivais foi, progressivamente, submetida à crítica por estudiosos do conflito. Neste país, a violência política inscreve-se historicamente na construção de uma oposição entre os dois povos pelas autoridades coloniais e pela instrumentalização política desta suposta rivalidade histórica no período pós-colonial que culminou com a manipulação do conceito de etnicidade para legitimar o extermínio dos Tutsis (Mweyang Aapengnuo, 2010). Devemos, no entanto, ressaltar que Hutus e Tutsis apresentam características muito semelhantes (língua, religião etc.) e que o pertencimento a uma das etnias é, antes de tudo, associado ao exercício de uma profissão (pastor-tutsi ou agricultor-hutu). Mudar de profissão, pode, portanto, significar uma mudança de identidade etnocultural (Mweyang Aapengnuo, 2010).

Gaud (2004) confirma que a etnicidade funciona mais como máscara, ou eventualmente consequência, do que como causa dos conflitos. No caso do genocídio em Ruanda, devemos analisar como as rivalidades para o uso da terra provocadas pelas elevadíssimas densidades demográficas nos espaços rurais, a diminuição das receitas das exportações, as tensões entre grupos políticos para o acesso ao poder, o papel de países vizinhos (Uganda, em particular etc.) alimentaram a elaboração do projeto de extermínio.

Ainda no campo das representações, Roland Marchal (2004) ressalta a tendência a criminalizar e desqualificar *a priori* movimentos armados que, ao contrário das guerrilhas asiáticas ou latino-americanas, seriam desprovidos de sentido e motivações políticas. A ampla difusão de imagens de crianças drogadas combatendo na Serra Leoa e na Libéria na década de 1990, consolidou a representação do “conflito selvagem” tendo por palco um cenário geopolítico de “anarquia” (Kaplan, 1994; Enzensberger, 1994; Ellis, 1999).

Como abordar os conflitos africanos? Alguns desafios para a Geopolítica...

Outra armadilha epistemológica e metodológica consiste em conferir uma causa única à conflitos apresentando um caráter multidimensional. As fraturas religiosas são, por exemplo, evocadas para explicar tensões e guerras na interface dos mundos muçulmano e cristão ou “animista” da faixa saheliana e de sua borda meridional. Se a oposição interreligiosa constitui um dos fatores de explicação das rivalidades históricas entre Norte e Sul do Sudão ou da instabilidade interna da Nigéria, vale, no entanto, lembrar que conflitos entre povos de uma mesma religião vitimam ainda mais africanos, conforme o ilustram os casos do Ruanda, da República Democrática do Congo (RDC), da República Centro Africana (RCA), da Somália, do Mali, do Burquina Fasso ou do Darfur. A análise geopolítica, deve, portanto, apreender a religião não como o motivo de conflitos e sim como um dos fatores que alimentam sistemas de crise multidimensionais.

A apropriação dos recursos naturais é, da mesma maneira, apontada como causa única de muitos conflitos africanos (Collier, 2007). No entanto, o controle dos sítios de extração de minérios e hidrocarbonetos ou a arrecadação de impostos sobre essas atividades, constituem menos o motivo do que o motor da conflitualidade. Ele financia o esforço de guerra de governos e/ou grupos armados: diamantes na Serra Leoa, Libéria, Angola; petróleo na Angola, no Sudão do sul, no Delta do Níger etc. Além disso, observamos uma multiplicação de conflitos em países que não abrigam necessariamente importantes reservas de recursos naturais: Etiópia, Somália, Ruanda, Burundi, Mali etc.

A confusão entre causas, manifestações e consequências da violência política representa outro desafio para a construção de modelos analíticos adequados a complexidade da conflitualidade. Convém lembrar que toda formação socioespacial é atravessada por contradições, tensões e rivalidades. De acordo com Calas:

um espaço social, qualquer que seja sua escala, é obrigatoriamente percorrido por contradições sistêmicas internas, fontes de tensões entre os atores. Ele pode, assim, ser definido com um campo de tensões reguladas entre as partes do todo e entre o todo e suas partes constitutivas. A regulação das tensões se efetua graças a lei, ao compromisso e a rotina. O enunciado de norma [...] fotografia e estabiliza uma relação de força, legitima uma dominação e define seu conteúdo e seus limites. Ele permite uma manutenção da ordem social e política (Calas, 2011, p.297).

O conflito estoura quando os benefícios mútuos da regulação das contradições se revelam insuficientes. A contestação das estruturas legais de dominação, da coesão sociopolítica e dos mecanismos de regulação provoca a ruptura do equilíbrio que garante uma relativa convivência social. Os atores podem, então, recorrer a armas para

destruir parcialmente ou completamente a ordem estabelecida (Calas, 2011).

O pesquisador deve, portanto, identificar o momento de ruptura dos equilíbrios vigentes e os fatores que contribuiram para o acirramento das tensões. A ruptura ocorre quando “um dos protagonistas escolhe não utilizar o ritual instituído das regulações de tensões, nem o *exit option* (fuga, exílio, migração, suicídio) nem o silêncio como solução para resolver a tensão preferindo recorrer ao enfrentamento” (Calas, 2011, p.298). Na 2ª metade do século XX, os momentos de ruptura provocando os conflitos armados eram facilmente identificáveis. As lógicas de enfrentamento se inseriam num contexto global (descolonização, Guerra Fria etc.) opondo atores claramente definidos (poder colonial, Estados pós-coloniais, movimentos de libertação nacional, guerrilhas etc.). O domínio sobre determinado território-zona constituía o objetivo maior. Rogério Haesbaert (2004) caracteriza esse território-zona como um espaço sem temporalidades, homogêneo e absoluto, ou seja, definido pelas suas materialidades. A conquista ou o exercício do poder se traduz, por exemplo, por táticas de guerra privilegiando o controle da capital, de nós de comunicação (aeroportos, portos, sede da televisão estatal etc.).

Em todos os casos, o enfrentamento dá lugar a retóricas binárias enaltecendo o campo do bem e da verdade em luta contra o campo do mal, dos bárbaros, demonizados e animalizados (Calas, 2011). Na atualidade africana, a guerra de propaganda é um elemento central da conflitualidade assimétrica. Grupos *jihadistas* como Al-Qaeda e Estado Islâmico recorrem a técnicas de comunicação e narrativas para desqualificar seus inimigos e facilitar o alistamento de militantes. Da mesma maneira, o *soft power* da empresa de segurança privada russa Wagner contribuiu para descredibilizar a presença francesa na RCA e no Sahel onde a firma se engaja no apoio a governos locais e na guerra “contra o terror”.

O conflito visa a instauração de um novo equilíbrio sociopolítico, de uma nova ordem mediante o estabelecimento de regras do jogo aceitas pelos atores (Calas, 2011). A perspectiva da saída do conflito, ou seja, a paz, já está presente no momento de sua eclosão. Isso explica por que, do ponto de vista dos beligerantes, os conflitos são justos e legítimos (libertação nacional, secessionismo). Os conflitos tradicionais seguem, em geral, uma sequência em quatro etapas: escalada, auge, decréscimo da violência e saída da crise, que pode ser mediada por atores internacionais. Em todos os casos, o fim de um conflito estabelece uma nova relação de força entre os atores, institui uma nova ordem fundada na hegemonia, na coerção ou no compromisso (op. cit.).

Na África Subsaariana, essas lógicas e sequências eram aplicáveis às guerras de libertação nacional e aos conflitos do período da Guerra Fria. No entanto, a partir da década de 1990, os chamados novos conflitos passaram a mobilizar um número maior de beligerantes, com características e objetivos diferenciados. Convém, portanto, extrair-se da abordagem clássica focando as dimensões territoriais e privilegiar o papel de atores não estatais e das redes (Agnew, 1994). No Sahel central, as forças armadas regulares inscrevem sua ação, por exemplo, em paisagens bélicas onde evoluem exércitos estrangeiros, grupos separatistas (laicos e religiosos), movimentos *jihadistas* rivais (Al-Qaeda no Magreb Islâmico e o Estado Islâmico no Grande Saara), milícias comunitárias, firmas de segurança privadas, redes criminosas etc. As modali-

dades operatórias dos atores são assimétricas e suas estratégias de alianças e parcerias são particularmente fluidas. Por essa razão, a Geopolítica, cujos estudos clássicos são centrados na figura política do Estado e têm por quadro espacial de referência o território nacional, deve incorporar a multiplicidade dos beligerantes envolvidos em conflitos híbridos, a ausência de objetivos de guerra proclamados, as mudanças de natureza das operações e territorialidades que privilegiam o controle de redes, em detrimento da dimensão zonal do território.

O espaço nos/dos conflitos na África subsaariana

Segundo Calas:

de um ponto de vista geográfico, um conflito constitui um momento de territorialização, enquadrado por dois momentos de espacialização, às vezes relativa. Com efeito, a espacialização define a coabitação regulada de entidades territoriais. Ao contrário, a territorialização descreve a coexistência de territórios, desconectados uns dos outros, na medida em que sua coexistência não é regulada. Toda territorialização não é conflitante, mas todo conflito resulta da desregulação das relações políticas, sociais e espaciais e, por isso, procede de uma territorialização, ou de uma fragmentação territorial (Calas, 2011, p.301)

Para o autor, o espaço é classicamente o suporte de operações (ofensivas, defesas, logística etc.) e objetos (quarteis, hospitais de campanha, depósitos etc.). Ainda no registro bélico, o espaço é um objetivo tático (conquista de uma colina, uma ponte, um nó de comunicação etc.) ou estratégico (quando oferece um retorno a longo prazo: mina, jazida de petróleo, recursos hídricos, terras férteis etc.). Porém, a partir da década de 1990, a dimensão espacial dos conflitos adquiriu contornos mais complexos. Os exemplos analisados posteriormente mostram que os novos conflitos apresentam espacialidades não convencionais no sentido de não opor dois inimigos em frentes de batalhas. As modalidades operacionais consistem em ataques esporádicos seguidos, com muita frequência, por uma retirada em direção a espaços-refúgios (floresta densa, áreas montanhosas, periferias desérticas etc.) a partir dos quais são lançadas novas operações cujos alvos mudam constantemente (Goré Institute, 2013). Estamos, portanto, diante de um teatro das operações fluido que dificulta a ação das forças militares regulares convencionais como o ilustram os casos do Mali e no norte de Moçambique.

Na 2ª metade do século XX, movimentos de libertação, grupos secessionistas e guerrilhas almejavam o exercício do poder político sobre um território-zona existente (colônia, país independente) ou a ser criado (Biafra, Katanga, Sudão do Sul etc.). Na atualidade, os Estados se deparam com conflitos assimétricos e enfrentam uma pluralidade de atores cujos objetivos não são claramente expostos. A territorialização das operações varia, por exemplo, muito dentro da galáxia *jihadista* do Sahel central onde as “filiais” do Estado islâmico buscam construir um proto-Estado regional,

enquanto movimentos dissidentes se empenham em controlar redes (contrabando, tráfico), tática que, combinada ao saque de bens agrícolas, gado etc., garante sua reprodução (Folarin, 2020).

Da mesma forma, a dimensão escalar dos conflitos foi transformada pelo seu caráter assimétrico. As lógicas reticulares tendem a prevalecer sobre as lógicas territoriais (Agnew, 1994). Consequentemente, não podemos circunscrever o conflito dentro de limites espaciais e temporais rígidos e estancos. Por isso, a Geografia dos conflitos deve estar atenta menos aos lugares e aos atores, do que as relações que se estabelecem entre eles (Calas, 2011).

Os conflitos tradicionais na África Subsaariana: atores, escalas e territórios

Conflitos de descolonização e guerras de libertação nacional

Em 1939, os colonizadores europeus ainda exerciam sua tutela sobre o conjunto da África Subsaariana, com exceção da Libéria. Nos anos seguintes, a Segunda Guerra Mundial transformou os equilíbrios geopolíticos globais em benefício dos Estados Unidos e da União Soviética. As duas superpotências se posicionaram a favor da emancipação das colônias africanas. Paralelamente, a perda de influência das “velhas potências coloniais”, como Grã-Bretanha e França, marcava, ao contrário, o início do desmantelamento dos últimos Impérios ultramarinos. Na ONU, os países não colonizadores usaram fóruns da instituição para dar voz aos movimentos independentistas asiáticos e africanos. Mesmo se as potências colonizadoras consideravam que a questão colonial era assunto de política interna, os debates contribuíram para legitimar as reivindicações em prol da descolonização e do respeito do direito internacional.

Fatores endógenos foram também decisivos no processo de emergência e consolidação dos movimentos independentistas no continente africano. Tensões sociais se acirraram, principalmente no Quênia e na Nigéria, em decorrência do agravamento da exploração da massa trabalhadora durante o conflito mundial. Sindicatos e associações reivindicavam ganhos materiais e, também, a obtenção de direitos políticos (Mazrui, 2010). Por sua parte, intelectuais, como Kwamé N’Krumah, construíam progressivamente uma ideologia anticolonialista baseada no princípio de autodeterminação dos povos.

Neste cenário, as trajetórias de contestação da ordem colonial se consolidaram, mas divergiram em função das estratégias adotadas pelos colonizadores para preservar seus interesses econômicos e geopolíticos no cenário pós-Independência (Cooper, 2016). Após a perda da Índia (1947), os Britânicos anteciparam a emancipação de suas colônias africanas instaurando o modelo de *self-government* que garantiria uma transição pacífica. A resistência ao processo de descolonização era maior na França onde foi, no entanto, elaborado um quadro institucional destinado a negociar as In-

dependências: substituição do Império francês pela União Francesa (1946) e criação da Comunidade Franco Africana (1958). Para não perder sua influência, os dois países conseguiram garantir um acesso pacífico à Independência à maioria de suas possessões coloniais. Na Grã-Bretanha e, sobretudo, na França, a História oficial privilegiou a retórica do caráter pacífico das transições políticas e das benesses da colonização. Ao contrário, o papel das mobilizações em prol da libertação nacional foi minimizado, mesmo se a agitação social e insurreições localizadas tinham sido duramente reprimidas pelas autoridades coloniais. Em Madagascar, no Quênia ou em Camarões revoltas populares que tinham por pano de fundo desigualdades extremas nos espaços rurais e a violência das condições de dominação da população foram esmagadas pelo poder colonial. Essas insurreições permitiram construir um embrião de sentimento nacionalista e formar militantes às técnicas de guerrilha (M'Bembe, 1996).

Assistimos, posteriormente, a uma multiplicação dos conflitos armados. As condições próprias a cada território explicam sua evolução diferenciada. Características das sociedades, graus e estratégias de mobilização dos atores locais, cenário socio-político, propriedades geográficas dos campos de operação, métodos e técnicas de insurreição armada desenham trajetórias diversas. Convém acrescentar que a reação dos países colonizadores constituiu também um elemento determinante da conflitualidade. Nesse sentido, foi na África austral que o processo de descolonização revelou sua face mais cruel. A oposição do regime fascista de Salazar à abolição da Ata Colonial de 1930 mergulhou as possessões de Portugal (Moçambique e Angola, em particular) em guerras longas e sangrentas. Ainda no cone sul africano, a violência da repressão nas colônias brancas da África do sul e da Rodésia perpetuou essa forma de colonialismo respectivamente até 1980 e 1990.

As guerras civis pós-coloniais

Depois das Independências, novas formas de intervencionismo externo exacerbaram a instabilidade geopolítica, promovendo ou apoiando golpes de Estado, movimentos secessionistas, guerras civis etc. Ao contrário da Grã-Bretanha ou da Bélgica, a França sinalizou por um protagonismo político e geopolítico constante no intuito de manter seus aliados no poder, recorrendo para isso ao jogo político dentro do sistema *FranceAfrique* e a operações militares. No contexto da Guerra Fria, tensões geopolíticas e guerras civis eram também relacionadas ao enfrentamento entre os blocos ocidental e soviético que, na sua luta para o exercício da hegemonia sobre o sistema-mundo, transformaram países da periferia mundial em campos de guerras de substituição (N'Dimina-Mougala, 2007). Foi em particular o caso na Etiópia, Angola ou em Moçambique onde Estados Unidos e URSS “terceirizaram” seu intervencionismo militar para países aliados. Por sua parte, a África do Sul foi, durante a vigência do *apartheid* (1947-1990), responsável pela desestabilização da África austral onde países da “linha de frente” tiveram de se unir para conter as ingerências do poderoso vizinho.

Se o intervencionismo de potências externas constitui uma chave de leitura re-

levante da instabilidade geopolítica na época da ordem bipolar, cabe, no entanto, não conferir uma origem única a tensões que remetiam também a fatores internos (lutas para o poder, acesso a renda de recursos, oposição entre grupos populacionais, oposições interreligiosas, crises econômicas etc.) que se articulavam entre eles e com fatores exógenos. Devemos também ressaltar que atores locais instrumentalizaram as oposições ideológicas globais para tirar proveito do alinhamento geopolítico, que abria canais para o acesso a ajuda internacional ou aos circuitos comerciais da indústria bélica.

O período que seguiu a primeira onda de descolonização (início dos anos 1960) foi também marcado por tentativas de secessão regional ilustrando a dificuldade de construção do Estado-nação e a persistência de ingerências externas, privadas e estatais, em particular em países ricos em recursos naturais. No Zaire, a secessão da província mineira do Katanga (1960-1963) inaugurou um período de instabilidade que se estendeu durante cinco anos. Apresentado como uma manifestação de tribalismo, o conflito teve, no entanto, por ator central a corporação belga *Union Minière du Haut Katanga* que mobilizou redes de influência para evitar sua estatização pelo governo de Patrice Lumumba. O presidente congolês, apresentado como uma liderança comunista, foi assassinado por mercenários ocidentais em 1961. Na Nigéria, a proclamação da Independência da República do Biafra ocorreu num contexto de rivalidades entre partidários de uma República unitária e defensores do regime federal. Os primeiros, pertencendo na sua maioria ao povo Igbo, entendiam promover assim uma partilha mais justa da renda das exportações do petróleo extraído na sua região de origem (Sudeste e parte do Delta do Niger) (Bassey, 2015). O conflito armado, que se estendeu de 1967 a 1970 foi marcado por uma rivalidade entre interesses ingleses e franceses. A Shell, Londres e Moscou apoiaram o governo de Lagos enquanto Elf e Paris se posicionavam do lado dos rebeldes (Mazrui, 2010). Em 1970, a derrota dos separatistas permitiu as autoridades nigerianas reestruturar a malha territorial nacional criando novos estados para diminuir a influência de cada um deles. Vale ressaltar que a mediatização do conflito, contemporâneo da difusão dos aparelhos de televisão nos países ocidentais, e o protagonismo de organizações como a Cruz Vermelha e Médicos sem Fronteiras inauguram a era da “ingerência humanitária”.

Desde então, apesar da situação geopolítica permanecer instável nas periferias da RDC e no Delta do Niger e, mesmo com os movimentos separatistas ainda a reivindicarem o direito à Independência (Casamansa, Cabinda), a estabilidade dos limites fronteiriços nacionais continua um marco forte da geopolítica do continente africano. Apesar do sucesso dos independentistas eritreanos, em 1993, e sul sudaneses, em 2011, o princípio da intangibilidade das fronteiras herdadas do período colonial proclamado pela Organização da União Africana (OUA) em 1963 foi globalmente respeitado. Apesar do caráter contestável dos critérios de delimitação das fronteiras pelas potências coloniais, os litígios fronteiriços que desembocaram em guerras foram relativamente raros (faixa da Aouzou entre Líbia e Chade; saliente de Kagera entre Uganda e Tanzânia; faixa de Ageshar disputada pelo Mali e o Burquina Fasso etc.) (Gaud, 2004).

Os exemplos citados sinalizam então que, no caso dos conflitos “tradicionais”, nunca podemos atribuir sua origem a uma causa única. Pode existir um fator regional

ou nacionalmente dominante, mas toda análise deve incluir um conjunto de variáveis que permita entender a dinâmica das crises nas suas diversas escalas de tempo e espaço. A emergência dos novos conflitos na década 1990 reforçou a necessidade de uma abordagem transversal e multiescalar na medida em que o grau de complexidade das crises geopolíticas aumentou, no que diz respeito às suas causas, as suas manifestações e impactos sobre a economia, a sociedade e o espaço (Gaud, 2004).

Quadro 1 - Características gerais dos conflitos tradicionais na África subsaariana

	Objetivos	Atores	Território de referência	Escala de referência
Guerras de libertação nacional	Emancipação nacional	Movimentos de libertação	Nacional	Nacional
Conflitos secessionistas	Independência/ autonomia	Grupos secessionistas	Região (do território nacional)	Regional
Guerrilhas	Tomada do poder	Movimentos políticos armados	Nacional	Nacional
Pontos comuns	Definidos e proclamados	Influência de atores externos	Território-Zona	Claramente delimitada

Fontes: diversas. Elaboração: dos autores.

Os novos conflitos na África subsaariana: características, escalas e espacialidades

Após o término da Guerra Fria, analistas e lideranças políticas previam o advento de uma era de paz universal. Assistimos, ao contrário, a uma fragmentação do sistema internacional que não conseguiu impor regras universais destinadas a prevenir conflitos ou propor respostas consensuais. Em meados dos anos 1990, o sonho de estabilidade geopolítica mundial foi aniquilado pela multiplicação de conflitos nos Balcãs, no Cáucaso, na Ásia central, no Oriente Médio e na África. A natureza, a intensidade e as características dos conflitos mudaram sob o efeito do novo cenário geopolítico. A África Subsaariana constituiu então um palco privilegiado de eclosão desses *novos conflitos* teorizados por Mary Kaldor (1999) que expressam cada vez menos a vontade dos beligerantes de se posicionar ideologicamente no jogo de xadrez das relações internacionais, mesmo se narrativas políticas e/ou religiosas são mobilizadas para legitimar insurreições. No plano operacional, observa-se que os novos conflitos africanos não têm início ou fim muito definidos. O término das guerras não é mais sancionado por armistícios determinando os vencedores e perdedores. Da mesma forma, a territorialização dos conflitos evoluiu segundo lógicas complexas de difusão espacial e transnacionalização das operações.

Os novos conflitos na África Subsaariana

Na década de 1990 todas as regiões da África Subsaariana foram palco de diversos tipos de violência política. A instabilidade geopolítica insere-se então num contexto geral considerado propício à construção de um ambiente de paz e estabilidade, em decorrência do fim da Guerra Fria, da derrocada do regime racista sul-africano, da democratização da vida política em alguns países e das perspectivas de reconciliação em países como Angola e Moçambique. Apesar disso, vários países mergulharam em guerras civis de uma brutalidade sem precedente. Gaud define esses novos conflitos como

conflitos internos, de porte limitado, que não colocam em risco os grandes equilíbrios internacionais. Neste plano, eles são apreendidos como conflitos de baixa intensidade (“low intensity conflicts”), apesar de causar muitos danos nas áreas onde acontecem. Eles podem, no entanto, desestabilizar regiões inteiras (Gaud, 2004, p.19).

Na época, pensadores neoconservadores como Huntington (1993), Enzenberger (1994) e Ellis (1999) alertavam que choques de civilizações, fundamentalismos religiosos (leia-se islâmicos) e violência comunitária faziam emergir uma nova (des)ordem internacional anárquica e selvagem. Segundo Kaplan (1994), o conflito em Serra Leoa representava o paradigma desse processo. Paralelamente, estudiosos dos novos conflitos faziam da “questão identitária” a causa e o motor das guerras civis. Nos seus estudos, inspirados pelas guerras do Nagorny-Karabakh e da Bósnia, Mary Kaldor considera que políticas identitárias enfraquecem o caráter político de conflitos que perdem seu perfil globalizante e projetado no futuro em benefício de lógicas comunitaristas, fragmentadas, exclusivistas e voltadas para o passado (Kaldor, 1999). No caso específico da África Subsaariana, conforme mencionado, o essencialismo culturalista conferiu à “questão étnica” um lugar de destaque na representação da conflitualidade, num cenário caracterizado pela instrumentalização de tensões pré-existentes por atores diversos (Estados, guerrilhas, redes terroristas, partidos políticos com base local/regional, corporações etc.) (Bassey, 2015).

No entanto, os novos conflitos africanos são, mais do que nunca, o produto da articulação complexa e explosiva de fatores políticos, institucionais, socioeconômicos, culturais, religiosos, geopolíticos etc. Do ponto de vista da conjuntura econômica, a década de 1990 foi marcada por uma crise da economia de renda, pautada na produção e no comércio de poucos bens primários que representam cerca de 90% das receitas das exportações. A África Subsaariana foi vítima da diminuição do preço de muitas *commodities* e da maior competitividade de seus concorrentes asiáticos e sul-americanos. A queda das receitas estimulou governos a aumentar a tributação enquanto as margens de comercialização tendiam a crescer penalizando ainda mais a agricultura (Monié *et alli*, 2007). Os impactos da conjuntura sobre os sistemas produtivos e a sociedade foram consideráveis, inclusive em países considerados estáveis,

como a Costa do Marfim.

A estabilidade dos Estados foi também comprometida pela perda da renda estratégica que durante a Guerra Fria garantia ajuda militar, civil e humanitária externa. A “ajuda ao desenvolvimento” caiu 21% entre 1990 e 1996 fragilizando particularmente países do Sahel e do Chifre da África que mais dependiam das transferências financeiras externas (Monié et al., 2007).

A paisagem política dos países africanos também mudou devido à morte dos “pais das Independências” e ao esgotamento de regimes políticos. Paralelamente aumentava a pressão dos órgãos internacionais (FMI, Banco Mundial) e dos países centrais em favor da adoção de Planos de Ajuste Estrutural de cunho neoliberal e da democratização da vida política (Luntumbue, 2014). Enquanto os regimes eram ditatoriais, a unidade foi mantida através da vigência de um partido único e da repressão das oposições. Ou seja, as divisões políticas, sociais, étnicas, culturais e regionais foram mascaradas durante décadas. Mas, quando a abertura política permitiu a criação de novos partidos, a concorrência no “novo mercado eleitoral” multiplicou as legendas partidárias organizadas na base de critérios regionais e/ou étnicos. Em alguns países, a democratização acabou exacerbando rivalidades pré-existentes e aumentou o nível de tensão político.

O acirramento da crise social constituiu uma causa suplementar de instabilidade. A ausência de perspectivas para parte da população jovem foi aproveitada por “senhores da guerra” e guerrilhas para recrutar crianças e adolescentes, cuja presença foi marcante nos conflitos da Libéria, Serra Leoa, na RDC ou no Congo-Brazzaville (Amorim, 2006). Embora antigos em regiões como o Sahel, onde existe uma oposição tradicional entre pastores e agricultores, os conflitos fundiários foram agravados pela crise social. Em regiões caracterizadas por uma elevada densidade demográfica, populações entraram em choque para garantir ou ampliar seu “espaço vital” (Ruanda, Costa do Marfim) alimentando sistemas de conflitualidade.

A combinação do esgotamento do modelo econômico rentista e das tensões políticas, sociais, culturais, religiosas e etnoculturais provocou uma crise institucional, impedindo que governos assumam suas missões regalianas (Luntumbue, 2014; Monié et al., 2007). Ou seja, o modelo do Estado-nação pós-colonial passou a enfrentar dinâmicas de desagregação e a ser mais contestado. A crise do Estado alimentou debates teóricos acalorados. Jean François Bayart (2000) construiu a teoria de um modelo de Estado híbrido que preservou os quadros coloniais da administração territorial, inclusive no campo econômico privilegiando enclaves de economia moderna em detrimento de espaços periféricos abandonados que constituem hoje o coração dos conflitos armados. Populações excluídas dos “espaços úteis” construíram micro-modelos de economia informal, estratégias migratórias em diversas escalas ou de alistamento em redes criminosas ou terroristas.

Outra característica central do Estado híbrido é seu caráter neopatrimonial (Weber, 2022). De acordo com Bayard, o capital acumulado em setores modernos e rentáveis da economia é direcionado para o consumo das classes dirigentes e para *redes de delegação do poder* que garantem a estabilidade político-institucional necessária para a perpetuação das elites no poder (Bayart, 2000). Mas, os grupos que estrutu-

ram as redes clientelistas vivem em estado de concorrência permanente para ampliar seu espaço no sistema. O objetivo dos governantes consiste, por sua parte, em obter o apoio máximo do cliente desembolsando a menor quantia possível de recursos. Ainda segundo Bayart, a diminuição das receitas das exportações na década de 1990 reduziu o volume de recursos destinado ao sistema clientelista e acirrou a competição para o acesso aos benefícios financeiros do sistema (op. cit.). Os governos tiveram que escolher entre a diminuição dos recursos para todos os clientes ou selecionar grupos ou profissões considerados estratégicos para manter a estabilidade política. Em geral, critérios familiares e étnicos acabaram prevalecendo no processo de redistribuição da renda e do poder (op. cit.). Por exemplo, os investimentos destinados às forças armadas regulares diminuíram enquanto as tropas de elites, homogêneas do ponto de vista da origem dos soldados e operacionalmente mais capacitadas, foram beneficiadas, conforme ocorreu no Zaire de Mobutu Sesse Seko (Pourtier, 1996).

O acirramento das tensões dentro das redes clientelistas provocou uma crise institucional e contribuiu, em alguns casos, para a eclosão de conflitos armados. Em países ricos em recursos naturais, em particular em minérios de alto valor no mercado e fáceis de transportar (ouro e diamantes etc.), a apropriação destes recursos se tornou vital para regiões ou grupos relegados à marginalidade pela crise do Estado. Na Serra Leoa, Libéria e no Zaire, a perda de controle do Estado sobre o território nacional alimentou tendências centrífugas impulsionadas por guerrilhas, e, eventualmente, governos estrangeiros, provocando importantes recomposições territoriais em áreas de fronteiras. Nos países citados, essa situação desembocou em conflitos violentos, cujos atores, objetivos, escalas e consequências diferem dos conflitos tradicionais das décadas que seguiram as independências.

Escalas temporais e espaciais dos novos conflitos africanos

Entre as características marcantes destes novos conflitos podemos mencionar a ausência de declaração de guerra e seu caráter descontínuo no tempo, pois alternam pontos culminantes muito violentos e períodos de relativa acalmia. Enfrentamos, portanto, dificuldades para delimitar precisamente suas linhas de tempo. Em Ruanda, por exemplo, o genocídio de 1994 foi o ponto culminante de tensões e massacres que pontuaram a história desde 1959 (Gaud, 2004). A chamada “revolução ruandesa”, instrumentalizada pela tutela colonial no intuito de transferir o poder as elites hutus antes da independência, podia parecer, na época, um epifenômeno, mas constituiu o pontapé de um conflito não declarado, longo e de contornos mal definidos. O exílio forçado de parte da população tutsi no Zaire e na Uganda, os conflitos fundiários, a pauperização de parte da sociedade camponesa, os massacres localizados e as tensões suscitadas pela problemática da nacionalidade ruandesa inscrevem, então, o conflito na longa duração.

A descontinuidade é também espacial. Gaud observa que

os conflitos africanos são descosturados também no espaço. As verdadeiras frentes de batalha são raras e o território pode lembrar um patchwork, justapondo zonas mais ou menos afetadas e espaços [...] preservados. Alguns são essencialmente rurais (Serra Leoa ou Moçambique), mas, em outros casos, as cidades – e em particular a capital – constituem os principais focos de enfrentamento (Gaud, 2004, p. 19).

Poderíamos acrescentar o caso das periferias dos territórios nacionais onde, conforme mencionado, o Estado cumpre de forma muito precária suas funções relativas à segurança. Em todos os casos, a espacialização dos conflitos é caracterizada pela existência de espaços onde o embate entre beligerantes pode ser violento antes de fluir para outra área. A fluidez espacial dos novos conflitos explica a dinâmica de regionalização de guerras civis. Autores como Pourtier (1996), Marchal (2004) e Diallo (2008) apontam, assim, a emergência de sistemas regionais de conflitos. Na África ocidental, as guerras civis na Libéria e na Serra Leoa se entrelaçaram, antes de ter impactos na Costa do Marfim. Na região dos Grandes Lagos, o genocídio em Ruanda foi um dos detonadores das guerras regionais do final da década de 1990. O conflito no Darfur se difundiu também para regiões periféricas do Chade e da Uganda.

A regionalização destes conflitos levanta novas problemáticas. Ao pano de fundo geral, marcado pela crise socioeconômica e político-institucional, convém acrescentar especificidades regionais e nacionais que dificultam a leitura e a análise de conflitos cujos limites são extremamente fluidos. Neste contexto, as análises geopolíticas tradicionais não se revelam sempre operantes estimulando o uso de novas ferramentas conceituais e metodológicas.

Os novos conflitos na África subsaariana: conflitos sem solução?

Segundo Bertrand Badie, o fim da ordem bipolar levou as megapotências a abandonarem o exercício de uma hegemonia de tipo messiânico em prol da preservação de sua potência econômica, diplomática, militar e geopolítica (Badie, 2012). Por isso, na década de 1990, o imobilismo se revelou mais vantajoso do que o intervencionismo para os Estados Unidos ou a Rússia. Por sua parte, a incapacidade da União Europeia de elaborar estratégias diplomáticas e geopolíticas coerentes explica sua inércia e a sua incapacidade de se projetar na ordem mundial. Além disso, as intervenções militares ocidentais são cada vez mais assimiladas a invasões e/ou operações neocoloniais e, portanto, contestadas pelas populações (Badie, 2012). As guerras no Sahel ilustram essas tendências. Diminuiu, portanto, a capacidade de resolução dos conflitos armados envolvendo “pequenos países” onde as guerras não afetam os equilíbrios geoeconômicos e geopolíticos mundiais. O caso do genocídio em Ruanda ilustrou esse relativo desengajamento das grandes potências.

Enquanto as guerras da “modernidade geopolítica” envolviam na maioria dos casos Estados e um inimigo interno, a multiplicação dos beligerantes nos novos conflitos invalidam de certa maneira as teses sobre a guerra de Clausewitz. Nos conflitos atuais, a estratégia acaba, com frequência, subsumida pela tática (operações, logística etc.). Neste cenário, observamos a perenização de conflitos em regiões (Grandes Lagos, Sahel) cujas “*sociedades se instalam na guerra*” (Badie, 2012) na indiferença do resto do Mundo.

Rumo a sistemas de conflitos africanos no século XXI: o caso do Sahel central

A partir dos meados dos anos 2000 observamos um aprofundamento de dinâmicas conflituais em curso. Os conflitos apresentam um caráter ainda mais multidimensional no que diz respeito às suas causas, manifestações e consequências. Pobreza, desigualdades sociais e regionais, dificuldades econômicas, precariedade dos serviços e equipamentos estatais, rivalidades etnoculturais, ingerências externas etc. constituem o pano de fundo tradicional da conflitualidade, em particular no Leste da RDC e no Sahel central. No entanto, convém doravante considerar os efeitos das mudanças climáticas, a radicalização do fenômeno religioso ou a crescente instabilidade política e geopolítica que conferem uma dimensão mais multifacetada aos conflitos. As interrelações entre crises, atores e lugares dão origem a sistemas de conflitos cuja análise requer novas abordagens e procedimentos metodológicos. O Sahel central (Mali, Burkina Fasso, Chade, Níger) constitui um laboratório para a análise desta nova conflitualidade.

Abordagens sistêmicas e geopolítica dos conflitos africanos

O método reducionista cartesiano, que fragmenta e estuda as partes e subpartes de um conjunto compósito antes de reconstituir o todo para alcançar a compreensão do seu funcionamento, atinge seus limites em contextos que questionam a linearidade temporal e as métricas espaciais da conflitualidade westfaliana-moderna. O espaço do conflito não é mais um simples território-zona suscitando embates entre poucos inimigos. Os sistemas de conflitos constituem conjuntos que não são redutíveis a uma adição de componentes extraíveis para fins analíticos, já que são estruturados por interrelações dinâmicas que conferem sua coerência interna ao sistema. Os territórios-redes da conflitualidade são percorridos por fluxos diferenciados de intensidade e alcance geográfico que variam no tempo e no espaço. Segundo Bavoux, o espaço do conflito

associa, em primeiro lugar, um número imenso de constituintes, cuja diversidade é infinita; esses componentes são ligados por uma multiplicidade de interações, trocas materiais, cujas relações de causalidade são raramente lineares e unívocas, que intervêm em todos os níveis espaciais e se desenrolam segundo ritmos muito variados [...]; enfim as dinâmicas espaciais parecem com frequência imprevisíveis obrigando o Geógrafo a considerar o aleatório, os eventos brutais assim como as transformações imperceptíveis de longa duração (Bavoux, 2010, p.103).

A abordagem sistêmica permite ir além das tradicionais relações causa/efeito e da justaposição de variáveis, valorizando causalidades recursivas onde elementos explicativos solidários se condicionam entre eles e constituem um conjunto interdependente (Bavoux, 2010). Machado (1995) também aborda os espaços regionais como sistemas abertos e dinâmicos, estruturados por interações cuja natureza e intensidade conferem estabilidade aos mesmos ou, ao contrário, provocam desequilíbrios eventualmente geradores de pontos de ruptura. Os conflitos atuais ilustram o caráter instável de subsistemas submetidos a pressões de origens diversas: mudanças climáticas, baixíssimo nível de desenvolvimento humano, problemas políticos de diferentes ordens, especificidades do cenário demográfico etc. Na ausência de mecanismos de regulação eficientes, a gravidade, profundidade, imprevisibilidade e multiplicidade das flutuações prejudicam a volta à uma situação de equilíbrio e perpetuam situações de forte instabilidade, potencialmente geradoras de conflitos.

Métodos analíticos valorizando a integração dos subsistemas de crises e dos fenômenos constituintes da conflitualidade permitem, portanto, escapar da armadilha das análises unidimensionais, lineares e fragmentadas das insurgências armadas. Para isso, faz-se necessário o estudo da estrutura interna e das interrelações entre os elementos que têm um lugar e uma função dentro do sistema (Bavoux, 2010). Por sua parte, a análise multiescalar permite desvendar como esse sistema se relaciona com o ambiente externo e, eventualmente, com outros sistemas.

Sistemas de crises no Sahel: elementos, interações e impactos

Nos últimos anos, o aprofundamento de crises que se articulam no tempo e no espaço contribuiu para o agravamento da conflitualidade no Sahel central, hoje considerado uma das regiões mais instáveis do mundo. O sistema de crises inscreve-se num contexto regional caracterizado pela multiplicidade e gravidade de riscos que elevam o grau de vulnerabilidade das populações, das estruturas socioeconômicas e das instituições. Diante da perda de relevância dos mecanismos de regulação tradicionais, os pontos de ruptura se multiplicam gerando desequilíbrios que alimentam diversos tipos de insurgências, fenômenos migratórios, tensões sociais etc. O Sahel é tradicionalmente definido como uma zona de transição entre as margens meridionais do deserto do Saara e as savanas do domínio sudanês se estendendo entre o litoral

do Oceano atlântico e o Mar Vermelho. A situação de interface permitiu inserir centros urbanos, nós de redes circulatórias (pontos de água, cidades-entrepósitos etc.) em sistemas de trocas comerciais transaarianos cuja prosperidade deu origem a formações político institucionais como impérios, reinos e cidades-estados.



Figura 2 – Mapa Sahel

Fonte: Milenium Ecosystems Assessment

Região de clima semiárido, o Sahel é sujeito a precipitações escassas, irregulares e imprevisíveis, gerando inseguranças e incertezas em sistemas agropastoris e agrícolas vulneráveis a degradação do pasto e à pobreza dos solos arenosos. A escassez da cobertura vegetal aumenta ainda mais o grau de vulnerabilidade de populações que sofrem com o estresse hídrico e uma insegurança alimentar crônica. A região é também estruturalmente caracterizada por seu baixíssimo nível de desenvolvimento humano, pelas baixas densidades populacionais nas áreas mais setentrionais cujas terras são menos agricultáveis, pela clivagem entre populações sedentárias ao Sul e nômades ao Norte, pelo caráter macrocefálico da rede urbana ou, ainda, pelo caráter rentista de economias centradas na exportação de poucos recursos primários. Desde a década de 2010, observamos que as diversas crises que flagelam essa região se tornaram mais intensas e tenderam a se entrelaçar de maneira extremamente complexa (Figura 3).



Figura 3 – Principais componentes do sistema de crises do Sahel central

Fonte: Elaboração dos autores.

As mudanças climáticas, que se manifestam por uma diminuição e uma maior irregularidade das precipitações assim como por uma maior frequência e intensidade das ondas de calor, aumentam a ocorrência de secas e crises humanitárias. Episódios de fome e insegurança alimentar geram fluxos migratórios entre espaços rurais e urbanos, entre o Sahel central e países vizinhos (Costa do Marfim, em particular), entre os continentes africano e europeu (Monié, 2022). Por sua parte, o processo de desertificação, em grande parte provocado pelas alterações do clima local, redistribuiu espacialmente as atividades econômicas segundo um gradiente Norte/Sul, entre regiões mais e menos áridas. Os pastores nômades e seminômades tendem a migrar em direção a áreas que oferecem pasto de melhor qualidade e água para os rebanhos. Cresce, portanto, a concorrência para o acesso a dois recursos estratégicos do Sahel central: a terra e a água. O crescimento demográfico acelerado aumenta ainda mais a pressão sobre esses recursos, acirrando rivalidades entre grupos profissionais e/ou comunidades. A concorrência para o uso do solo também concorre para intensificar o fenômeno migratório, que desloca algumas contradições locais do lugar de origem para o lugar de destino dos migrantes (Monié, 2022).

As interações entre os componentes do sistema de crises que podemos atribuir às mudanças climáticas provocam também uma contestação crescente das relações de dominação tradicionais favorecendo algumas comunidades nos espaços rurais. A contestação se expressa no âmbito do jogo político partidário e, cada vez mais, de forma violenta, num contexto de proliferação das milícias comunitárias armadas (Antil, 2022). Essas dinâmicas se articulam com os efeitos da crise do Estado que enfrenta dificuldades crescentes para controlar o território nacional. O fenômeno não é recente, mas se agravou nas últimas décadas (Lutumbue, 2014). Os Estados do Sahel, em particular o Mali, devem administrar territórios vastos cujas populações são desigualmente distribuídas, sem dispor de recursos financeiros para cumprir sua missão.

As receitas orçamentárias são insuficientes para equipar os territórios nacionais em infraestruturas e equipamentos garantindo (potencialmente) a prestação de serviços coletivos de qualidade. O modo de organização territorial herdado do período colonial agrava a concentração espacial da alocação de recursos que beneficia a capital, como no Burquina Fasso onde a região de Uagadugu abriga menos de 15% da população, mas emprega 55% dos funcionários (Antil, 2022; Diallo, 2008).

As desigualdades regionais se manifestam, portanto, pela baixa qualidade e capilaridade da capacidade de intervenção social do Estado que gera descontentamento e frustrações em regiões periféricas onde as populações reivindicam uma melhor distribuição do poder e das riquezas (Lutumbue, 2014; Niang, 2018). Por sua parte, a precariedade das infraestruturas de transporte prejudica as trocas comerciais e o abastecimento alimentar, podendo provocar revoltas populares contra a inflação dos bens de primeira necessidade. Os importantes movimentos de deslocados e refugiados provocados pelas mudanças climáticas e os conflitos se sobrepõem as migrações “socioeconômicas” contribuindo para gerar mais desequilíbrios em diversas escalas e maior pressão sobre equipamentos coletivos escassos e degradados.

A baixa produtividade da agricultura, o baixo nível de complexidade econômica, o subdesenvolvimento dos circuitos superiores da economia urbana (Santos, 2000), a precariedade das redes de circulação e da base produtiva, a baixa capacidade de atração de investimento industrial, a instabilidade política e a permanência de relações econômicas de tipo neocolonial com a França explicam as fragilidades estruturais das economias sahelianas. Dentro de um sistema de crises complexo, essas fragilidades interagem com os efeitos das mudanças climáticas sobre a agricultura, com os impactos do crescimento demográfico acelerado e com as consequências da crise do Estado em termos de insegurança humana e territorial (Lutumbue, 2014).

Desemprego em massa, pobreza e falta de perspectivas de futuro entre jovens, que constituem a grande maioria da população, constituem um risco maior para a estabilidade geopolítica, em particular nas regiões abandonadas pelo Estado. Segundo Michel Lutumbue (2014), o esfacelamento dos serviços públicos e das instituições estatais suscitam uma retórica questionando a legitimidade de um Estado distante das demandas e das aspirações de uma juventude em situação de vulnerabilidade. O mesmo autor aponta tendências de tensões sociais e fragmentação da sociedade que beneficiam grupos, em particular religiosos, instrumentalizando o comunitarismo e o identitarismo para arregimentar fiéis e militantes (Lutumbue, 2014). Diante da ausência do Estado, o pertencimento a seitas, gangues, redes mafiosas, organizações *jihadistas*, milícias comunitárias etc. oferece modos de representação e recursos que permitem se premunir contra os riscos inerentes ao sistema de crises do Sahel central.

Dos sistemas de crises aos sistemas de conflitos no Sahel central

O sistema regional de crises acirra rivalidades pré-existentes, gera novas tensões

e pontos de ruptura que mecanismos de regulação são incapazes de atenuar. Quando os benefícios da regulação das contradições são insuficientes, os atores sociais passam a se mobilizar de forma autônoma para defender seus interesses ou sua sobrevivência. O agravamento das crises sistêmicas leva alguns atores a optar pelo enfrentamento armado (Calas, 2011). No Sahel central formam-se sistemas de conflitos que Massaër Diallo define como

complexos conflituais constituídos por um conjunto de conflitos de territorialidades diferentes, de envergadura e de intensidade variáveis, de formas e de causa imediatas diferentes, mas relacionados entre eles na duração, que se retroalimentam e acabam articulando-se [...] sob o efeito das evoluções, das dinâmicas provocadas pela crise e/ou da ação deliberada de atores [...] cujos interesses convergem ou são comuns (Diallo, 2008, p.1).

De acordo com o pesquisador senegalês, a dinâmica do sistema conflitual se caracteriza pelas interações entre conflitos territorialmente separados e eventualmente diferenciados em termos de causas aparentes e/ou imediatas; pela sua difusão espacial a partir de seu foco territorial inicial provocando o surgimento de novos focos; pela conexão mais ou menos aparente de vários conflitos se desenvolvendo em quadros locais ou nacionais diferentes (Diallo, 2008). A exacerbação das rivalidades entre atores que pretendem controlar, ou simplesmente usar, recursos como a água e a terra foi transformada num dos vetores da conflitualidade, em particular no Mali e em Burkina Fasso. Se as tensões entre pastores nômades e seminômades e agricultores pontuam a história do Sahel e constituem um dos elementos definidores da identidade dessa região, o acirramento recente das rivalidades contribuiu para a radicalização de movimentos secessionistas no Norte de Mali e a perenização de uma luta armada opondo, desde o início da década de 2010, movimentos tuaregues de diferentes matrizes políticas ao governo de Bamaco, a grupos *ihadistas* e, pontualmente, a milícias comunitárias.

Do seu lado, a incapacidade do Estado de regular e solucionar litígios fundiários e intercomunitários leva populações locais a recorrer a mediação dos grupos *ihadistas* cuja autoridade passa, assim, a ser localmente reconhecida (Pérouse de Montclos, 2022). O protagonismo jurídico desses movimentos contribuiu para legitimar sua presença, mesmo episódica em espaços rurais e cidades pequenas, onde eles podem doravante se beneficiar da neutralidade da população. A construção de uma imagem de justiceiros facilita, também, o alistamento de jovens que negam a legitimidade da autoridade do Estado no território. Ou seja, os sistemas de conflitos podem sinalizar a vingança de sociedades ou comunidades locais sobre Estados fracos ou conjuntamente enfraquecidos (Badie, 2012). Por isso, no Sahel central, assim como na Somália, no norte de Moçambique ou no Leste da RDC, símbolos da autoridade estatal (delegacias, quartéis, escolas etc.) são sistematicamente atacados ou desmantelados.

A tática dos grupos *ihadistas* confirma a hipótese de sua capacidade a instalar-se dentro de sistemas de crises pré-existentes graças a uma retórica insurrecional que

seduz populações marginalizadas e abandonadas pelo Estado. A contestação é também voltada contra as estruturas de linhagens associadas a instituições incapazes de propor mecanismos de regulação adequados. O discurso cívico dos movimentos armados facilita, assim, seu posicionamento como árbitros de rivalidades cujo acirramento alimenta a conflitualidade regional.

Por sua parte, a tentativa de etnicização das tensões fundiárias constitui um fator de conflitualidade suplementar. Apesar da contribuição histórica da pecuária à construção da identidade regional, ao crescimento econômico e à segurança alimentar, os pastores são excluídos do sistema político-administrativo. No universo do pastoralismo, os Fulanis são hoje as principais vítimas da violência do Estado, dos movimentos fundamentalistas e de grupos de autodefesa formados por outros povos. O sentimento de abandono, insegurança e injustiça levou comunidades fulanis a construir parcerias com os *ihadistas*, o que aumenta o grau de hostilidade em relação a esse povo, cada vez mais associado ao terrorismo. Observamos, neste contexto, um abandono da atividade pecuária por parte de jovens cuja desesperança pode levá-los a ingressar nos grupos insurgentes ou nas redes da economia ilegal regional (contrabando, narcotráfico etc.) alimentando a violência dentro do sistema regional de conflitos.

A guerra sem agenda e os territórios-redes dos atores da conflitualidade no Sahel central

A expansão territorial do *ihadismo* armado na África subsaariana (Sahel central, Bacia do Lago Chade, províncias orientais da RDC, Norte de Moçambique etc.) é alimentada pela capacidade de franquias do terrorismo global (Al Qaeda e Estado Islâmico) de abrir frentes operacionais em regiões onde já se entrelaçam crises e tensões micro locais. A proliferação de grupos *ihadistas* no sistema de conflitos do Norte do Mali transformou essa região em epicentro da difusão espacial da conflitualidade armada em direção do centro do território malinense e de países vizinhos (em particular Burkina Fasso). A combinação da insurgência tuaregue de 2012 a favor da Independência do Azawad (Movimento Nacional de Libertação do Azawad – independentista) e do fundamentalismo islâmico (Al Qaeda no Magrebe Islâmico – AQMI; Movimento para a Unicidade e o Jihad na África Ocidental – MUJAO, Ansar Dine – entre outros) garantiu aos beligerantes ganhos territoriais significativos, provocando uma situação de caos político na capital e uma intervenção das forças armadas francesas (Operação Serval – Janeiro de 2013) e de países africanos que conseguiu globalmente reconquistar os territórios controlados pelos rebeldes (Da Silva, 2017; Galito, 2013).

Vale observar que o sistema de conflitos malinense prosperou também graças as suas interações com sistemas externos. Deve, portanto, ser analisado considerando a escala macrorregional. A repressão do fundamentalismo armado na Argélia levou os combatentes de AQMI a abandonar o Saara argelino para se refugiar no Norte do Mali, região transformada em território-refúgio. Da mesma maneira, o esfacelamento da Líbia após a intervenção de países ocidentais em 2011 provocou uma intensa circulação de Tuaregues que pertenciam as forças de elite do regime de Muammar

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento (Haesbaert, 2004, p.279-280).

A mobilidade garante maior segurança aos beligerantes que circulam entre lugares onde realizam seus ataques e espaços refúgios dificilmente acessíveis para seus inimigos em decorrência da distância aos centros urbanos e da precariedade das estradas. A circulação dos combatentes é também adequada a uma economia de guerra baseada na espoliação, na conexão as redes de contrabando e na inserção em redes mercantis transfronteiriças. As regiões de fronteiras são, como no resto mundo, privilegiadas por oferecer oportunidades de lucros e possibilidades de abastecimento, em territórios pouco controlados pelos Estados (Gnanguênon, 2013). A natureza transfronteiriça de algumas crises (ambientais, sociais, agrícolas, intercomunitárias, políticas etc.) e a intensa circulação de refugiados produzem estruturas espaciais muito específicas. Segundo Diallo (2008, p.7), “a territorialidade estatal não é mais necessariamente determinante”. No entanto, a ausência de uma governança estatal tradicional não significa vazio de poder em territórios onde as relações de poder apresentam uma natureza mais horizontal. Sistemas alternativos de trocas e de cooperação desenham, com efeito, os contornos territórios-redes de resistência ao poder das instituições estatais (Meagher, 2014). Tais dinâmicas podem ser observadas na trílice fronteira Mali/Burquina Fasso/Níger e na Bacia do Lago Chade.

A construção desses territórios de conflito transfronteiriços reflete, assim, a capacidade dos atores envolvidos de lidar com as sociedades locais. Os beligerantes podem, portanto, pertencer a mesma realidade sociocultural transnacional (relações de parentesco, proximidade linguística ou religiosa etc.) ou simplesmente ter interesses momentaneamente convergentes (milícia comunitária com máfia ou grupo terrorista). Esse enraizamento de conflitualidade pós-westfaliana na sociedade constitui um elemento que dificulta sua resolução, pois muitos beligerantes têm interesse na perpetuação de conflitos que propiciam ganhos materiais, prestígio e potência geopolítica micro local.

Considerações Finais

A evolução recente da conflitualidade no Sahel central demonstra a relevância de novas abordagens fornecendo quadros metodológicos e analíticos adaptados a complexidade dos conflitos armados. Durante décadas, presenciamos guerras entre beligerantes que lutavam para o controle ou a conquista de territórios-zonas (guerras de libertação nacional, conflitos entre movimentos ideologicamente opostos, secessionismos regionais etc.). A Geopolítica tradicional, que tinha por quadros de referência analítica as figuras do Estado e do território nacional, fornecia ferramentas adequadas ao estudo das guerras de libertação, das guerrilhas e da luta de movimentos secessionistas.

No entanto, partir da década de 1990, as territorialidades das guerras westfalianas-modernas foram progressivamente substituídas por novas formas de inscrição dos conflitos no tempo e no espaço. A linearidade temporal e a contiguidade espacial da conflitualidade tradicional têm suas métricas questionadas pelos modos operatórios e estratégias territoriais de beligerantes mais diversos. As análises unidimensionais e deterministas, supervalorizando a questão étnica, as oposições interreligiosas e a apropriação de sítios produtores de recursos naturais como causa da beligerância perdem definitivamente sua validade.

Da mesma forma, análises que permanecem centradas na escala nacional, são contestadas pela complexidade extrema da nova conflitualidade, mais descontínua, mais fluída e de contornos mal definidos. Na atualidade, a elevação do grau de complexidade dos conflitos passa a exigir uma compreensão ainda mais fina do ambiente de crise, ou seja, das tensões inerentes à região. A abordagem sistêmica permite superar relações causa/efeito e a justaposição de variáveis, valorizando causalidades recursivas onde os diversos elementos explicativos solidários se condicionam entre eles e constituem um conjunto interdependente. Por isso, a noção de sistema de crises permite apreender a multiplicidade e a gravidade de riscos que aumentam o grau de vulnerabilidade das populações, das estruturas socioeconômicas e das instituições e entender como o enfraquecimento dos mecanismos de regulação tradicionais multiplica pontos de ruptura alimentando diversos tipos de insurgências, fenômenos migratórios, tensões sociais etc.

As tensões localizadas geram micro conflitos onde a retórica insurrecional e as práticas cívicas de beligerantes conectados a redes globais (Al-Qaeda, Estado Islâmico) lhe permitem apropriar-se o monopólio da violência legítima que sofre um processo de desverticalização e reterritorialização no bojo de uma dupla dinâmica de difusão e diluição da dinâmica da conflitualidade na sociedade (horizontalização), no tempo (descontinuidades) e no espaço (regionalização). Os beligerantes não pretendem necessariamente conquistar territórios-zonas mediante o controle das instituições, das infraestruturas e dos espaços do poder político. Privilegiam o exercício horizontal do poder sobre território-redes situados em regiões periféricas onde o Estado não tem mais capacidade de cumprir suas funções regalianas, em particular a segurança pública. Essa lógica reticular contribui para a transnacionalização dos territórios de conflitos pós-westfalianos que por não afetar os grandes equilíbrios do cenário geopolítico global se perpetuam apesar de seus dramáticos impactos sobre

as populações do Sahel e diversas outras regiões africanas.

Referências

AGNEW, John. The territorial trap: The geographical assumptions of international relations theory. **Review of International Political Economy**, v.1, n.1, p. 53-80, 1994.

AMORIM, V. R.A. **Crise das rendas, Estado predador e conflitos na África Sub-saariana: o caso da República Democrática do Congo**. Monografia de fim de curso, Departamento de Geografia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ANTIL, A. Afrique, zone de conflits. **La documentation française**, nº115, Setembro-Outubro 2022.

BA KONARÉ, A. **Petit précis de remise à niveau sur l'histoire africaine à l'usage du président Sarkozy**. Paris: La Découverte, 2009.

BADIE, B. L'Amérique lucide réfléchit à un leadership de survie plutôt qu'à une hégémonie messianique. **Le Monde**, 02/11/2012.

BASSEY, M. **Aprendendo com a África. A extração destrutiva e a crise climática**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BAYART, J. F. **El estado en África: la política del vientre**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2000.

BAVOUX, J-J. **Initiation à l'analyse spatiale**. Paris, Armand Colin, 2010.

CALAS, B. Introduction à une géographie des conflits... en Afrique. **Les cahiers d'Outre-Mer**, nº255, p.295-320, 2011.

COLLIER, P. **The Bottom Million: why the poorest countries are failing and what can be done about it**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

COOPER, F. **História da África: capitalismo, modernidade e globalização**. Lisboa: Edições 70, 2016.

DA SILVA, V. S. O conflito tuaregue ao norte do Mali: a geopolítica da resistência no Sahel africano. **Revista TransVersos**, n. 10, p. 85-101, 2017.

DIALLO, M. Systèmes de conflits en Afrique de l'Ouest. Introduction à une problématique des systèmes de conflits, dans la perspective d'une politique régionale préventive. **Atelier de la CEDEAO sur les systèmes de conflits et l'évaluation des risques en Afrique de l'Ouest**. Conacry, Guinée, décembre de 2008, 2008.

ELLIS, S. **The Mask of Anarchy: the Destruction of Liberia and the Religious Dimension of an African Civil War**. Londres: Hurst and Co., 1999

ENZENSBERGER, M. **Civil Wars. From L.A. to Bosnia**. New York: Free Press, 1994.

FOLARIN, S. **Why terrorism continues in Nigeria and how to turn the tide.** The conversation. Africa. 10 de Agosto de 2020. <https://theconversation.com/why-terrorism-continues-in-nigeria-and-how-to-turn-the-tide-143479>

GALITO, M. S. **Terrorismo na região do Sahel.** Working Paper/ Documento de trabalho nº118, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 2013.

GAUD, M. **L'Afrique entre Décomposition et recomposition.** La Documentation Française, Les Conflits em Afrique, nº 5, janeiro-fevereiro 2004, pp.6-21

GNANGUÊNON, A. **The perpetuation of o system of conflicts in Darfur: caught between local violence and regional disorder.** UNISCI Discussion Papers, nº3, 2013.

GORÉE INSTITUTE. **Systèmes de conflits et enjeux sécuritaires en Afrique de l'Ouest.** Dacar: Gorée Institutue, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUNTINGTON, S. The clash of civilizations? **Foreign Affairs**, v. 72, n.3, p.22-49, 1993

KALDOR, M. **New and Old Wars. Organized Violence in a Global Era.** Cambridge, Polity Press, 1999.

KAPLAN, R. The coming anarchy: How scarcity, crime, overpopulation, tribalism and disease are rapidly destroying the fabric of our planet. **The Atlantic Monthly**, fevereiro 1994.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallias, 2006.

LUNTUMBUE, M. **Comprendre la dynamique des conflits. Une lecture synthétique des conflits en Afrique de l'Ouest.** Note d'Analyse GRIP, Bruxelles, Janeiro de 2014.

MACHADO, L. O. Sistemas "Longe do Equilíbrio" e Reestruturação espacial na Amazônia. **Cadernos do IPPUR**, ano IX, nº ¼, p. 83-106, 1995.

MEAGHER, K. Smuggling ideologies: from criminalization to hybrid governance in African clandestine economies. **African Affairs**, v. 113, n.453, p. 497-517, 2014.

MARCHAL, R.; ERO, C.; FERME, M. Liberia, Sierra Leone et Guinée: une guerre sans frontières? **Politique africaine**, n. 88, p. 5-12, 2002.

MARCHAL, R. Anatomie des guerres en Afrique. **La Documentation Française**, Les Conflits em Afrique, n.5, p.25-31, 2004.

MAZRUI, A. **História geral da África - Volume 8: África desde 1935.** Brasília: Unesco, 2010.

M'BEMBE, A. **La naissance du maquis dans le Sud-Cameroun, 1920–1960: histoire des usages de la raison en colonie.** Paris: Karthala, 1996.

M'BEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

M'BEMBE, A. **Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

MWEYANG AAPENGNUO, C. La mauvaise interprétation des conflits ethniques en Afrique. **Bulletin de la Sécurité Africaine**, n. 4, p.1-6, 2010.

MONIÉ, F.; AMORIM, V.; GAYER, G. A inserção da África Subsaariana “no sistema mundo”: permanências e rupturas. In: EMERSON, R. (Org.): **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007, p. 175-183.

MONIÉ, F. Editorial. A África subsaariana frente às mudanças climáticas: perspectivas e desafios. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 1, p.6-15, 2022.

N'DIMINA-MOUGALA, A-D. Les conflits africains au XXème siècle. Essai de typologie. **Guerres Mondiales et Conflits Contemporains**, n.225, p. 121–31, 2007.

NIANG, A. **Stateness and borderness in mediation: productions and contestations of space in the Sahel**. Working papers series, nº26, Leipzig, University of Halle, 2018.

PÉROUSE DE MONTCLOS, M-A. Les États et la paysannerie de l’Afrique sahéenne au défi du djihad et du banditisme rural. **Questions Internationales**, nº115, 2022.

POURTIER, R. La guerre au Kivu: un conflit multi-dimensionnel. **Afrique contemporaine**, n.180, p.15-38, 1996.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2000.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. São Paulo: Edições 70, 2022.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.